

ESPAÇO DOMÉSTICO E AGÊNCIA FEMININA: uma leitura do sobrado de Josepha Maria de Góes Pacheco em Itu (1765–1836)

Ana Beatris Fernandes Menegaldo

FAUUSP | amenegaldo@ceunsp.edu.br

Andrea Buchdid Loewen

FAUUSP | andrealoewen@usp.br

EIXO TEMÁTICO: Fundamentos Teóricos e Metodológicos

Resumo: Este artigo investiga a arquitetura doméstica das elites do interior paulista entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX a partir das práticas femininas historicamente invisibilizadas pela historiografia da arquitetura. Partindo da crítica às abordagens centradas na monumentalidade, nos sistemas construtivos e no protagonismo masculino, propõe-se compreender a casa senhorial como espaço de agência feminina, no qual se articularam decisões patrimoniais, usos cotidianos e formas de exercício de autoridade. O estudo se concentra no termo da vila de Itu, região marcada pela economia açucareira e por relevante produção documental, no intervalo entre 1765 e 1836. Metodologicamente, baseia-se na análise cruzada de inventários em vida e *post-mortem*, registros notariais, listas nominativas e cartografia histórica, tratados como fontes de leitura espacial. Inserida no campo da arquitetura vernácula, a abordagem, ao invés de se concentrar sobre a forma edificada - como se observou com frequência na historiografia, privilegia, os interiores, os arranjos domésticos e a cultura material do habitar. Como eixo empírico, desenvolve-se um estudo de caso do sobrado urbano pertencente a Josepha Maria de Góes Pacheco, na antiga Rua do Carmo, em Itu, cuja trajetória patrimonial e espacial permite observar, em escala individual, como a agência feminina incidiu diretamente sobre a configuração e o uso da casa senhorial urbana. Ao evidenciar o espaço doméstico como instância ativa de decisões econômicas, sociais e simbólicas, o artigo contribui para o debate teórico-metodológico da história da arquitetura no Brasil, ampliando a compreensão das relações entre espaço, práticas e agentes no interior paulista.

Palavras-chave: arquitetura vernácula; espaço doméstico feminino; cultura material; Itu (São Paulo).

DOMESTIC SPACE AND FEMALE AGENCY: A STUDY OF THE TOWNHOUSE OF JOSEPHA MARIA DE GÓES PACHECO IN ITU (1765–1836)

Abstract: This article investigates the domestic architecture of elite households in the interior of São Paulo between the late Eighteenth century and the first decades of the Nineteenth century by focusing on female practices historically rendered invisible in architectural historiography. Departing from critiques of approaches centered on monumentality, construction systems, and male protagonism, the study proposes understanding the manor house as a space of female agency in which patrimonial decisions, everyday uses, and forms of authority were articulated. The research focuses on the term of the town of Itu, a region shaped by the sugar economy and marked by extensive documentary production, within the period from 1765 to 1836. Methodologically, it is based on a cross analysis of lifetime and *post-mortem* inventories, notarial records, nominative population lists, and historical cartography, treated as sources for spatial interpretation. Situated within the field of vernacular architecture, the approach shifts attention from built form to interiors, domestic arrangements, and the material culture of dwelling. As its empirical axis, the article develops a case study of the urban townhouse owned by Josepha Maria de Góes Pacheco, located on the former Rua do Carmo in Itu. The analysis of the owner's patrimonial trajectory and the spatial transformations of the residence allows for observing, at an individual scale, how female agency directly shaped the configuration and use of the urban manor house. By framing domestic space as an active arena of economic, social, and symbolic decision making, the article contributes to theoretical and methodological debates in the history of architecture in Brazil, expanding understandings of the relationships between space, practices, and social actors in the interior of São Paulo.

Keywords: vernacular architecture; female domestic space; material culture; Itu (São Paulo).

ESPACIO DOMÉSTICO Y AGENCIA FEMENINA: UNA LECTURA DE LA CASA SOBRADA DE JOSEPHA MARIA DE GÓES PACHECO EN ITU (1765–1836)

2

Resumen: Este artículo investiga la arquitectura doméstica de las élites del interior paulista entre finales del siglo XVIII y las primeras décadas del siglo XIX a partir de prácticas femeninas históricamente invisibilizadas por la historiografía de la arquitectura. Partiendo de una crítica a los enfoques centrados en la monumentalidad, los sistemas constructivos y el protagonismo masculino, se propone comprender la casa señorial como un espacio de agencia femenina, en el cual se articularon decisiones patrimoniales, usos cotidianos y formas de ejercicio de la autoridad. El estudio se concentra en el término de la villa de Itu, región marcada por la economía azucarera y por una abundante producción documental, en el período comprendido entre 1765 y 1836. Desde el punto de vista metodológico, se basa en el análisis cruzado de inventarios en vida y *post-mortem*, registros notariales, listas nominativas de habitantes y cartografía histórica, tratados como fuentes de lectura espacial. Inserta en el campo de la arquitectura vernácula, la investigación desplaza la atención de la forma edificada hacia los interiores, los arreglos domésticos y la cultura material del habitar. Como eje empírico, el artículo desarrolla un estudio de caso del sobrado urbano perteneciente a Josepha Maria de Góes Pacheco, ubicado en la antigua Rua do Carmo, en Itu. El análisis de la trayectoria patrimonial de la propietaria y de las transformaciones espaciales de la residencia permite observar, a escala individual, cómo la agencia femenina incidió directamente en la configuración y el uso de la casa señorial urbana. Al evidenciar el espacio doméstico como una instancia activa de decisiones económicas, sociales y simbólicas, el artículo contribuye al debate teórico metodológico de la historia de la arquitectura en Brasil, ampliando la comprensión de las relaciones entre espacio, prácticas y actores sociales en el interior paulista.

Palabras clave: arquitectura vernácula; espacio doméstico femenino; cultura material; Itu (São Paulo).

1. INTRODUÇÃO: ARQUITETURA DOMÉSTICA, INVISIBILIDADES E PROBLEMA DA PESQUISA

A historiografia da arquitetura brasileira, especialmente no que diz respeito à América Portuguesa e ao Brasil das primeiras décadas do Império, estruturou-se a partir de abordagens que privilegiaram a monumentalidade, os sistemas construtivos e a atuação de agentes masculinos vinculados às esferas política, religiosa e econômica. À vista disso, a casa foi majoritariamente tratada ou como artefato de distinção social, enquanto as práticas cotidianas que animavam seus interiores e os sujeitos responsáveis por sua organização, uso e ressignificação permaneceram em segundo plano. Tal orientação contribuiu para a escassez de análises que considerassem o espaço doméstico como campo legítimo de investigação arquitetônica e histórica, especialmente a partir das experiências femininas.

À luz desses debates, as experiências femininas foram particularmente pouco exploradas. A mulher aparece com frequência associada a um ideal normativo de domesticidade e reclusão, descrita como pouco instruída e restrita aos espaços internos da morada. Conforme analisa Schettino (2012, p. 21), essas representações consolidaram uma leitura do espaço doméstico como ambiente de clausura feminina, obscurecendo a participação das mulheres na gestão material e simbólica da casa.¹

A historiografia social tem demonstrado que a associação entre domesticidade e passividade feminina não corresponde à complexidade das práticas, de fato, exercidas pelas mulheres na sociedade luso-brasileira. Russell-Wood (1977) evidencia que, especialmente na condição de chefes da unidade doméstica, mulheres livres ou libertas² administravam propriedades, bens e atividades produtivas, envolvendo-se diretamente no funcionamento de engenhos de açúcar, fazendas e circuitos comerciais. Ao assumir a gestão patrimonial e sucessória, essas mulheres convertiam o espaço doméstico em território efetivo de arbítrio, participando da manutenção das estruturas hierárquicas. A casa deixa, assim, de ser entendida como espaço de reclusão para se

¹ Neste artigo, o termo "arquitetura doméstica" é empregado em sentido ampliado, compreendendo não apenas a edificação enquanto objeto construído, mas também os usos, práticas, arranjos internos e decisões patrimoniais que incidem sobre sua configuração espacial ao longo do tempo, conforme abordagem adotada por autores da história da arquitetura e da cultura material.

² Em seu estudo, o autor norte-americano centra foco nas mulheres mais visíveis na documentação notarial consultada: as mulheres brancas livres, as mulheres negras libertas, as mulheres pardas livres e as forras que acumulavam bens.

afirmar como instância estratégica de agência feminina, onde decisões familiares e simbólicas se materializavam. Este artigo parte, portanto, da hipótese de que a interpretação tradicional é insuficiente para compreender a arquitetura doméstica das elites do interior paulista entre 1765 e 1836.³ No termo da vila de Itu, sustenta-se que os espaços domésticos se configuraram como núcleos decisórios, nos quais mulheres desempenharam papel fundamental na gestão patrimonial, na organização da vida cotidiana e na manutenção das estruturas de poder.⁴ Defende-se que esse agenciamento incidiu diretamente sobre a configuração funcional e distributiva das residências, contribuindo para a conformação material dos interiores e para os modos de habitar associados à elite açucareira regional.

Inserida no campo da arquitetura vernácula, a investigação adota uma abordagem que ultrapassa a análise formal das edificações e dos sistemas construtivos, incorporando os usos cotidianos, os arranjos internos e a cultura material associada ao habitar.⁵ O olhar comumente dirigido à arquitetura enquanto objeto técnico passa a contemplar também a arquitetura enquanto prática social, e, nesta perspectiva compreende a casa senhorial artefato cultural dinâmico, atravessado por relações econômicas, formas de sociabilidade e estruturas de autoridade. Assim, a arquitetura doméstica deixa de ser entendida apenas como suporte físico para ser concebida como espaço produzido e continuamente transformado por práticas sociais específicas.

O recorte espacial concentra-se no termo da vila de Itu, (incluindo as freguesias de Ararituaba, atual Porto Feliz, e Nossa Senhora dos Prazeres de Piracicaba), região marcada pela expressiva presença de elites senhoriais vinculadas à economia açucareira e por uma documentação abundante relativa à estrutura fundiária e à vida doméstica. O intervalo temporal de 1765 a 1836 abrange um período de transformações políticas administrativas e patrimoniais, atravessando a transição do regime colonial para o Império, contexto no qual se redefiniram estratégias de permanência social e padrões de ocupação do espaço urbano e rural.

Sob a perspectiva metodológica adotada, o artigo se pauta na análise cruzada de inventários *post-mortem* e em vida, registros notariais listas nominativas de habitantes e cartografia histórica, tratados como fontes de leitura espacial. Tais documentos permitem associar bens objetos funções e decisões patrimoniais a ambientes específicos da casa, possibilitando compreender de que modo práticas de gestão e

³ A presente pesquisa compreende uma investigação em andamento de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

⁴ O termo agência é empregado aqui no sentido proposto por Bernard Lepetit, entendida como a capacidade dos atores sociais de atuar, tomar decisões e atribuir sentido às práticas espaciais a partir de sua inserção em sistemas de relações historicamente situados (Lepetit, 2016, p. 30).

⁵ Conforme Pinto (1789, p. 137) em seu dicionário da Língua Brasileira, vernáculo corresponde a próprio do país.

estratégias sucessórias se materializaram na organização dos interiores residenciais. A abordagem combina fundamentos da história da arquitetura com contribuições da história social e da cultura material, sem a pretensão de reconstituições miméticas, mas com o objetivo de evidenciar relações entre espaço prático e agentes historicamente pouco visibilizados.

Como eixo empírico da investigação, o artigo desenvolve um estudo de caso centrado no sobrado urbano pertencente a Josepha Maria de Góes Pacheco, localizado na antiga Rua do Carmo (atual Rua Barão do Itaim), situado na vila de Itu. A análise da trajetória patrimonial da proprietária, de seus inventários e das transformações espaciais da residência permite observar, em escala individual, como a agência feminina incidiu sobre a configuração e o uso da casa senhorial urbana, articulando arquitetura doméstica economia açucareira e hierarquia social. Ao tomar o espaço doméstico feminino como chave de leitura, este artigo busca contribuir para o debate teórico metodológico no campo da história da arquitetura e da arquitetura vernacular no Brasil, problematizando leituras direcionadas ao viés monumental respaldado e no protagonismo masculino. Ao evidenciar a casa como espaço atuante de decisões e negociações, pretende-se demonstrar como a arquitetura doméstica pode operar como instrumento analítico fundamental para compreender as relações sociais e espaciais no interior paulista entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

2. ARQUITETURA VERNÁCULA, ESPAÇO DOMÉSTICO E GÊNERO: REFERENCIAIS DE LEITURA

5

Do ponto de vista teórico, privilegia-se a interface entre história da arquitetura, história social e cultura material, compreendendo a casa não apenas como objeto construído, mas como artefato histórico atravessado por práticas, usos e relações sociais. Contribuições clássicas que interpretaram a moradia como expressão de distinção e organização cultural (Freyre, 1933) são retomadas criticamente, descentralizando a atenção da forma edificada para os modos de habitar e para os processos cotidianos que estruturam os espaços domésticos.

Em relação a este aspecto, convém destacar a análise de Cristina Osswald (2019, pp. 38-39) que evidencia como, nos séculos XVIII e XIX, religiosidade doméstica e organização do cotidiano estavam diretamente vinculadas à atuação feminina, atribuindo funções específicas aos ambientes internos por meio da disposição de oratórios, imagens e objetos devocionais. De modo complementar, cabe considerar o estudo de Russell-Wood (1977, pp. 33-35) que já demonstrava como as mulheres livres e libertas do Brasil colonial, sobretudo quando chefes da unidade doméstica, exerciam autoridade efetiva na administração de bens, pessoas e rotinas produtivas. Essas abordagens permitem compreender a moradia como espaço de gestão e organização social, no qual decisões cotidianas incidiam sobre a configuração e o uso dos ambientes. No campo da arquitetura vernacular, essa perspectiva amplia o entendimento tradicional da noção o incorporar arranjos internos, adaptações e práticas associadas à

manutenção das casas ao longo do tempo. A noção de espaço como “lugar praticado”, formulada por Michel de Certeau (1990), contribui para essa leitura ao enfatizar que a espacialidade resulta da interação entre sujeitos, objetos e ações. Bernard Lepetit (2016) reforça essa compreensão ao destacar que os atores sociais, inseridos em relações historicamente situadas, atribuem sentido às práticas espaciais. O espaço doméstico, assim, pode ser apreendido por meio das decisões e estratégias registradas nas fontes documentais.

No contexto luso-brasileiro, a historiografia frequentemente associou a mulher a um ideal de reclusão, obscurecendo sua atuação na administração da casa e do patrimônio. Estudos sobre a elite agrária paulista demonstram, contudo, que mulheres exerceram funções decisivas na gestão de bens, na condução de unidades produtivas e na organização da vida doméstica (Abrahão, 2015; Bacellar, 1997). No termo da vila de Itu, essa atuação não implicou necessariamente a criação de novas tipologias, mas incidiu sobre a distribuição interna, o controle dos usos e a articulação entre moradia urbana e propriedade rural (Almeida, 2008; Sampaio, 2015), especialmente em contextos de viuvez ou administração direta do patrimônio.

3. A VILA DE ITU COMO TERRITÓRIO DO AÇÚCAR: ECONOMIA, MORADA E VIDA DOMÉSTICA NO INTERIOR PAULISTA (1765–1836)

Entre os fins do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, a vila de Itu se consolidou como um dos principais núcleos econômicos da Capitania de São Paulo, articulando produção agrária, concentração fundiária e centralidade urbana. Desde 1765, figurava entre as vilas mais ricas e populosas da capitania, estruturada por uma economia rural hierarquizada e pelo poder de grandes proprietários (Toscano, 1981, p. 18). A expansão da cana-de-açúcar, estimulada pelas políticas do governador Morgado de Mateus e pela conjuntura internacional após a crise caribenha, integrou Itu ao chamado quadrilátero do açúcar (Petrone, 1968; Bacellar, 1997; 2019).⁶

Responsável por cerca de 40% da produção açucareira paulista no final do século XVIII, a vila concentrava engenhos e mão de obra escravizada, articulando produção e comércio interno e externo (Almeida, 2008, p. 11). Seu termo abrangia freguesias que foram, progressivamente, desmembradas entre o final do setecentos e as primeiras décadas do oitocentos, processo que reforçou seu papel na ocupação do “primeiro” Oeste Paulista (Sampaio, 2015, pp. 26–40; Bacellar, 1997, p.16). A estrutura socioeconômica local apoiava-se na posse de terras e de pessoas escravizadas, principal marcador de distinção social. Como observa Bacellar (1997, p.27; 2020, pp. 6-7), mesmo a posse de um único escravizado indicava posição diferenciada, enquanto

⁶ Estratégia do governador Morgado de Mateus voltada à ocupação territorial por meio da articulação entre estradas, caminhos e cursos d’água, favorecendo a expansão agrícola; somou-se a isso, no final do século XVIII, o impacto da Revolução do Haiti, que desestruturou a produção açucareira de São Domingos, elevou os preços do açúcar e estimulou o cultivo em outras regiões.

plantéis numerosos consolidavam poder e prestígio. Em 1796, cerca de 39% da população urbana era composta por pessoas escravizadas, evidenciando que a escravidão integrava também o cotidiano das moradias citadinas (Sampaio; Salgado, 2015, p. 31). As casas reuniam senhores, familiares, escravizados domésticos, agregados e libertos, configurando unidades que articulavam residência, trabalho e administração (Toscano, 1981, p. 64).

No espaço urbano, a prosperidade açucareira refletiu-se na ampliação e qualificação das moradas. A vila estruturava-se em torno da Rua Direita e dos conventos de São Francisco e do Carmo, áreas ocupadas pelas principais famílias senhoriais (Sampaio; Salgado, 2015, p. 53). Conforme observa Lemos (2011, p. 22), o casario passou por ampliações e intervenções estéticas, com a elevação de pavimentos e substituição de vergas retas por arqueadas, acompanhando transformações observadas na capital. A arquitetura residencial resultava, assim, de processos sucessivos de adaptação e reforma, vinculados às trajetórias familiares e às estratégias patrimoniais (Setubal *in* Oliveira *et. al*, 2011, p. 47). Esse contexto urbano e econômico é fundamental para compreender a organização interna das moradas e suas transformações ao longo do período.

4. AS PRÁTICAS FEMININAS O AGENCIAMENTO FUNDIÁRIO E OS INTERIORES DOMÉSTICOS.

No contexto da economia canavieira do Oeste Paulista, a pesquisa de Almeida (2008) demonstra que a presença feminina foi estrutural para a manutenção e expansão da produção açucareira no termo da vila de Itu.⁷ As chamadas “Senhoras do Açúcar” correspondiam, em 1818, a 22% dos proprietários de engenhos registrados na localidade, totalizando vinte e quatro titulares femininas (Almeida, 2008, p. 44; pp. 114–115).⁸ O dado revela participação expressiva na estrutura fundiária regional, especialmente se considerado o caráter concentrador da economia açucareira.

A inserção dessas mulheres na propriedade não ocorreu exclusivamente por vias sucessórias. Cerca de 75% das proprietárias de engenhos em Itu adquiriram seus bens por meio da compra, o que indica atuação direta no mercado de terras e autonomia

⁷ Em Casa-Grande & Senzala, Freyre (1933) enfatiza o patriarca rural como núcleo do poder colonial, concentrando autoridade sobre terras, pessoas escravizadas e mulheres no âmbito do engenho. Essa interpretação, ao privilegiar o protagonismo masculino, contribuiu para a marginalização historiográfica da atuação feminina na gestão doméstica e patrimonial.

⁸ Entre elas: Agostinha Rodrigues, Ana de Araújo, Ana Joaquina da Trindade, Ana de Quadros, Ângela Ribeiro de Siqueira Barros, Brígida Soares, Escolática do Amaral Gurgel, Gertrudes Celedônia, Isabel Francisca Pereira, Isabel Rodrigues, Josefa de Góes, Josefa do Amaral, Josefa Maria da Conceição, Josefa Maria de Souza, Manuela Dias Pacheco, Márcia da Assunção, Maria da Anunciação, Maria da Candelária, Maria Joaquina de Souza, Maria Leite de Araújo, Maria Pacheco da Silva, Maria Ribeiro, Maria Rubina e Maria Umbelina Pacheco e Silva (Almeida, 2008, pp. 114-115).

decisória para além dos mecanismos tradicionais de transmissão patrimonial, como dote ou terça (Almeida, 2008, pp. 45–46; Bacellar, 1997, p. 127). Embora as Ordenações do Reino previssem partilha igualitária, as elites paulistas desenvolveram estratégias destinadas à preservação do patrimônio, como casamentos entre parentes e uso seletivo da terça, práticas nas quais a atuação feminina se mostrava determinante (Bacellar, 1997, pp. 127–128).

A recorrente disparidade etária entre cônjuges e as elevadas taxas de mortalidade masculina produziram longos períodos de viuvez, circunstância que colocava as mulheres à frente da administração de engenhos, terras e plantéis de escravizados. Maria Joaquina de Souza, por exemplo, figurava entre as viúvas mais ricas do termo da vila de Itu, com monte mor superior a 10:000\$000 (dez contos de réis), assegurando judicialmente a tutela dos filhos e organizando ainda em vida a gestão e a transmissão de seus bens (Almeida, 2008, pp. 48–49). Trajetórias como as de Anna Leme da Silva, Izabel Novaes de Magalhães e Jozefa Maria do Amaral evidenciam práticas reiteradas de aquisição de propriedades, doações estratégicas no contexto matrimonial e recurso ao judiciário para garantir a continuidade administrativa dos patrimônios.

A condução desses bens implicava a articulação entre propriedade rural, produção açucareira e moradia urbana. A gestão dos engenhos envolvia não apenas decisões econômicas, mas também o controle da mão de obra escravizada, a organização de estoques, a supervisão das atividades produtivas e a coordenação das unidades domésticas. Como observa Lemos, “o interesse de uma residência estava muito mais em seu aspecto sociológico do que em suas qualidades arquitetônicas decorrentes da técnica construtiva” (Lemos *apud* Schettino, 2012, p. 21). Assim, a administração patrimonial feminina repercutia diretamente na organização das moradas, especialmente em contextos de viuvez ou gestão autônoma, quando a casa urbana operava como extensão da autoridade exercida sobre terras e engenhos. Esse quadro oferece o pano de fundo necessário para compreender, em escala individual, o sobrado de Josepha Maria de Góes Pacheco, cuja trajetória patrimonial permite observar de modo concreto a articulação entre propriedade, sucessão e configuração espacial.

5. A CASA SENHORIAL URBANA COMO ESPAÇO DE AGÊNCIA FEMININA: O SOBRADO DE JOSEPHA MARIA DE GÓES PACHECO EM ITU

Como expressão concreta das práticas femininas de gestão patrimonial e de organização dos interiores domésticos na vila de Itu, a trajetória de Josepha Maria de Góes Pacheco permite examinar, em escala individual, a atuação das mulheres da elite açucareira paulista na articulação entre propriedade rural, moradia urbana e inserção na hierarquia social da vila. A análise de seus bens, de seus inventários e, sobretudo, de sua casa urbana possibilita compreender como o espaço doméstico urbano operava como instrumento de afirmação social, administração econômica e visibilidade feminina. Senhora de engenho, Josepha Maria de Góes Pacheco foi proprietária de um

sobrado localizado na antiga Rua do Carmo, atual Rua Barão do Itaim, um dos eixos mais valorizados da malha urbana de Itu no início do século XIX (Figura 1).

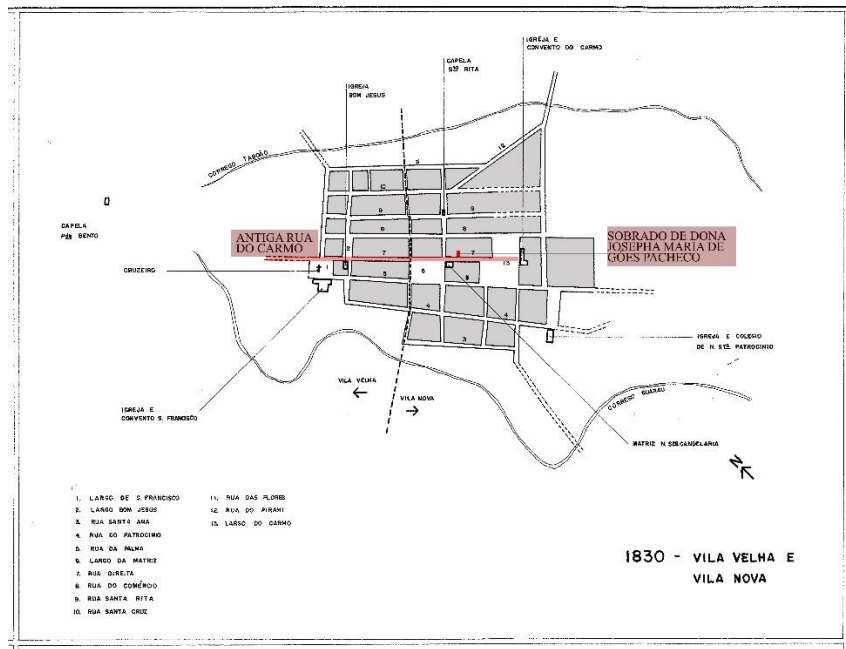


Figura 1. Planta da vila de Itu em 1830, com indicação da antiga Rua do Carmo e da localização do sobrado de Dona Josepha Maria de Góes Pacheco. Fonte: Arquivos do CONDEPHAAT, apud Toscano (1981). Editado pelas autoras, 2026.

A localização do imóvel, portanto, não apenas atribuía valor material à edificação, mas também projetava simbolicamente a posição social de sua proprietária no espaço urbano (figuras 2 e 3).



Figuras 2 e 3 – Inserção urbana da casa senhorial da Rua do Carmo (em destaque), no eixo estruturador formado pela Igreja do Carmo e pela Igreja Matriz, evidenciando sua centralidade no núcleo urbano da vila de Itu no século XIX. Fonte: Sidoriw; Menegaldo, 2025, p.4.; Zequini, 2003. Editado pelas autoras, 2026.

A residência passou à posse de Josepha Maria de Góes Pacheco em 1798, por ocasião da partilha dos bens do Capitão José Manoel da Fonseca Leite, conforme registrado em seu inventário *post-mortem*. Embora o documento não identifique a data exata de construção nem o responsável pela obra, a edificação é descrita como uma morada de

casas de sobrado, construída em taipa de pilão, com três lanços, corredor interno e cobertura de telhas (Zequini, 2003, p. 202). Essa descrição confirma a existência do imóvel ao menos desde o final do século XVIII. Do ponto de vista tipológico, o sobrado integra o conjunto das primeiras edificações desse gênero em Itu, cuja difusão, segundo Zequini (2003, p. 198), concentrou-se entre a virada do século XVIII e o início do XIX, especialmente nas ruas do Carmo, Direita e no entorno do Largo da Matriz, áreas preferenciais de residência dos senhores de engenho.

A consideração da posição da mulher, na condição de proprietária e gestora dessa moradia urbana, permite ampliar a compreensão da casa senhorial, que ultrapassa a função meramente residencial e se configura como espaço de afirmação social e de articulação entre a economia açucareira e a dinâmica urbana. Inserido em um contexto de prosperidade e reconfiguração do espaço citadino, o sobrado de Josepha Maria de Góes Pacheco integra o conjunto das primeiras edificações desse gênero em Itu, cuja difusão, segundo Zequini (2003, p. 198), concentrou-se entre o final do século XVIII e o início do XIX, especialmente nas ruas do Carmo, Direita e no entorno do Largo da Matriz, áreas preferenciais de moradia dos senhores de engenho. A interpretação de Lemos (2011, p. 26) insere esse processo em uma dinâmica de renovação urbana caracterizada pelo reaproveitamento e pela adaptação de antigas casas bandeiristas, muitas vezes desocupadas devido à permanência de seus proprietários nas áreas rurais. Progressivamente transformadas para atender às novas demandas de conforto e distinção da elite senhorial, essas edificações revelam um caráter processual e cumulativo, o que torna imprecisa a definição de uma data única de construção.

É nesse contexto que se afirma o agenciamento de Josepha Maria de Góes Pacheco como integrante da elite ituana nas primeiras décadas do século XIX, evidenciado pelos inventários realizados em vida, em 1824 (Figura 4), e após sua morte, em 1829. Esses documentos registram que o sobrado passava por reformas internas (como a instalação de molduras nos forros), embora já apresentasse configuração de grande porte, descrita como “morada de casas de sobrado” na Rua do Carmo, com sete janelas no pavimento superior e sete portas no térreo, além de quintal e fundos, avaliada em três contos de réis (Inventário de D. Josepha Maria de Góes Pacheco, 1829, p. 50v).

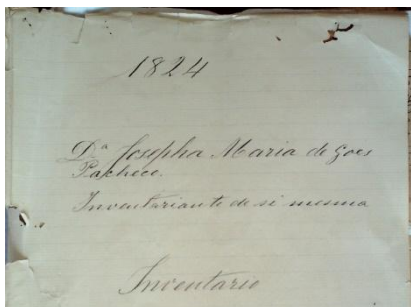


Figura 4– Folha inicial do inventário realizado em vida de D. Josepha Maria de Góes Pacheco (1824), na qual figura como “inventariante de si mesma”. Fonte: INVENTÁRIO de D. Josepha Maria de Góes Pacheco. 1824. Caixa 29, MSS, Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Museu Paulista da USP. Fotografia das autoras, 2025.

Os dados inventariais evidenciam a amplitude do patrimônio administrado por Josepha Maria de Góes Pacheco. Em 1824, possuía 32 escravizados, sendo 12 homens e 20 mulheres, avaliados em 4:991\$600 (quatro contos novecentos e noventa e um mil e seiscentos réis).⁹ Os bens de raiz somavam 7:650\$000 (sete contos seiscentos e cinquenta mil réis), incluindo um engenho no subúrbio da vila, avaliado em 1:650\$000 (um conto e seiscentos e cinquenta mil réis), um sítio no bairro do Pirapitingui, no valor de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis), e a casa na vila de Itu, atual Museu Republicano “Convenção de Itu”, estimada em 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis). A descrição dos bens móveis aprofunda ainda a compreensão das articulações entre gestão patrimonial feminina, espacialidade doméstica e afirmação social:

Casa da Vila- Uma morada de casas de sobrado, na rua do Carmo, que de um lado parte com casas do Tenente Elias Antônio Pacheco, e de outro lado casas de Joaquim José de Almeida, com umas molduras para o forro que está por acabar e cinco molduras de volta... Essa casa contava com mobília: dois bofetes, uma caixa grande, um catre, uma cômoda, uma caixa de feira, seis cadeiras de palhinhas embutidas, quatro cadeiras de companhia, dois catres, um bofete antigo e uma caixinha de costura (Inventário de D. Josepha Maria de Góes Pacheco, 1824, p. 31).

11

Esse conjunto de móveis e objetos permite compreender o interior doméstico como espaço estruturado pela ação feminina, no qual a materialidade expressa práticas de gestão, sociabilidade e representação. A caixinha de costura, nesse contexto, ultrapassa a função utilitária e integra um ambiente de trabalho contínuo, configurando o que Martins (2017, p. 260) define como verdadeiros ateliês domésticos, onde se articulavam produção manual, convivência social e autoridade feminina.¹⁰ De modo complementar, a disposição do mobiliário, com cadeiras destinadas ao uso cotidiano e à recepção,

⁹ Entre as mulheres escravizadas: Bonifácia (mulher de Joaquim), Elena (mulher de Manoel Joaquim), Thereza (mulher de Francisco), Quitéria, Lívia (mulher de João), Felisberta, Lucrecia, Mauricia, Joaquina, Maria, Rita, Anna, Luiza, Luiza dita como crioula, Umbelina, Angélica, Zelinda, Emilia e Gertrudes (Inventário de D. Josepha Maria de Góes Pacheco, 1824, pp. 23-23v).

¹⁰ No inventário de 1829, foram arrolados como bens da casa os seguintes escravizados: Umbelina, mulata, 19 anos; Angélica, 13 anos; Zelinda, 10 anos; Antônio, mulato, 9 anos; João, casado, 25 anos; sua esposa Lívia, 19 anos; a filha do casal, Mathilde; Rita, 16 anos; Quitéria, 28 anos; e Ana, 50 anos (Inventário de D. Josepha Maria de Góes Pacheco, 1829, p. 50v).

revela uma residência voltada à hospitalidade e à representação social, centrais à vida urbana das elites.

A quantidade de objetos ligados à ornamentação, às práticas festivas e ao cotidiano alimentar evidencia a integração entre corpo, gesto e espaço doméstico. Nesse contexto, a ação feminina articulava toda a “engrenagem da casa”, do arranjo de flores no vestíbulo aos bordados que recobriam móveis, compondo uma estética associada à ordem, ao cuidado e à distinção social (Abrahão, 2015, pp. 75-76). Tratava-se, portanto, de uma atuação prática e contínua. Como sintetiza Abrahão (2015, p. 77), cabia às mulheres o aparelhamento dos lares, isto é, a organização material e funcional dos interiores, articulando escolhas estéticas, uso dos espaços e manutenção do cotidiano. No caso de Josepha Maria de Góes Pacheco, a documentação de 1829 registra, em sua residência, seis cadeiras de palhinha, uma caixa grande com ferragens, meia cômoda, bofetes com e sem gavetas, cadeiras de companhia, bancos de couro, camas de armação com cortinas, catres, banco de lavar roupa e um baúzinho, compondo um acervo que, apesar do desgaste, indica uma casa plenamente equipada para o uso doméstico e social (Inventário de Josepha Maria de Góes Pacheco, 1829, p. 50). O inventário em vida registra estoques de cana e açúcar avaliados em 249\$000 (duzentos e quarenta e nove mil réis), animais no valor de 247\$000 (duzentos e quarenta e sete mil réis), metais como ouro, prata e cobre, estimados em 222\$020 (duzentos e vinte e dois mil e vinte réis), e ferramentas avaliadas em 14\$160 (quatorze mil cento e sessenta réis), evidenciando patrimônio diversificado e articulado entre produção, bens móveis e reservas de valor. No arrolamento posterior, os bens de raiz mantêm valores próximos, incluindo o sobrado urbano, três terrenos e a chácara no subúrbio, embora sem menção ao engenho. A comparação indica continuidade administrativa, com ajustes na composição fundiária ao longo da década de 1820.

A partilha promovida em vida por Josepha Maria de Góes Pacheco, posteriormente contestada por herdeiros, evidencia sua agência e consciência sucessória, inserindo-se nas estratégias adotadas por mulheres da elite ituana para orientar a transmissão patrimonial e controlar seus desdobramentos. Como observa Zequini (2003, p. 211), a trajetória do sobrado da Rua do Carmo revela o espaço construído como suporte de disputas e negociações, com destaque para a atuação feminina (Figura 5).

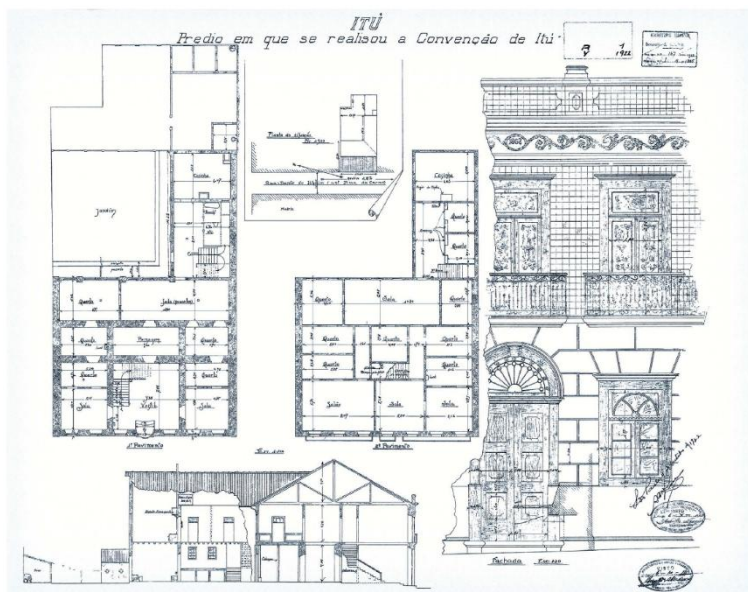


Figura 5 – Plantas, corte e trecho da fachada principal do sobrado da Rua do Carmo, elaborados em 1922, referentes à configuração anterior à adaptação do edifício para Museu Republicano. Fonte: Zequini, 2003, p. 206.

A divisão do imóvel em duas unidades autônomas implicou intervenções estruturais, como a modificação da escada interna, demonstrando que decisões sucessórias produziram transformações materiais concretas. Após seu falecimento, a formalização da partilha exigiu novas adaptações, entre elas paredes divisórias e uma segunda escada (Zequini, 2003, p. 206). Reunificado entre 1835 e 1843 por Francisco de Almeida Prado (Figura 6), o sobrado confirma-se como organismo dinâmico, cuja materialidade expressa continuidades e rearranjos nas estratégias patrimoniais e nas formas de exercício do poder ao longo do século XIX.

13

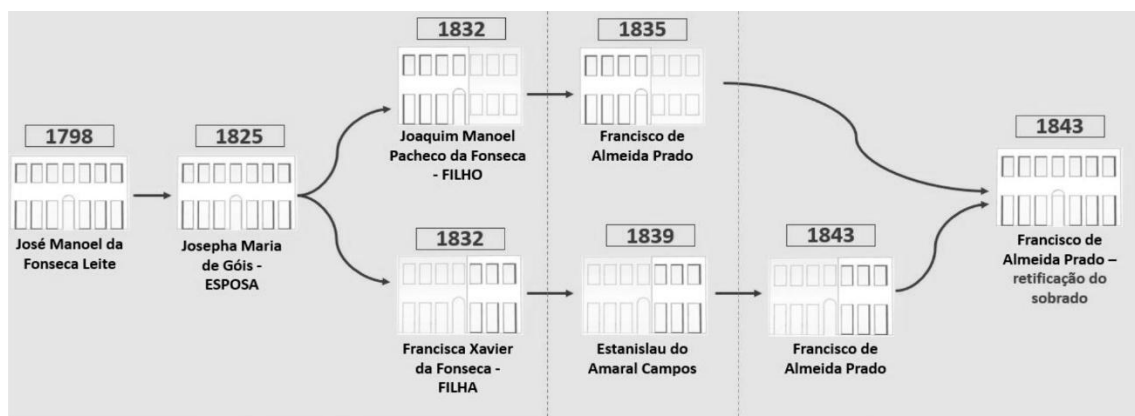


Figura 4– Esquema cronológico da transmissão e partilha do sobrado da Rua do Carmo (1798–1843), indicando sucessões, divisões e reunificação do imóvel. Fonte: Sidoriw; Menegaldo, 2025, p. 8. Editado pelas autoras, 2026.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sobrado de Josepha Maria de Góis Pacheco revela, de maneira concreta, como decisões sucessórias produziram transformações arquitetônicas verificáveis. A divisão do imóvel em duas unidades autônomas e a reconfiguração de seus acessos não constituíram meras adaptações funcionais, mas estratégias materiais de preservação

patrimonial. A espacialidade do sobrado, portanto, expressa escolhas econômicas e jurídicas que se inscrevem na materialidade construída.

Ao evidenciar que 22% dos proprietários de engenhos em 1818 eram mulheres e que a maioria dessas proprietárias adquiriu bens por compra (Almeida, 2008), o artigo reposiciona a atuação feminina no interior da economia canavieira e demonstra que essa autonomia incidia também sobre a organização das moradas urbanas. A casa não aparece como cenário da agência, mas como instrumento operacional dessa gestão. Metodologicamente, o uso de inventários como fontes de leitura espacial permite reconstituir a lógica distributiva dos interiores e compreender a casa como estrutura dinâmica, sujeita a reformas, divisões e adaptações ao longo do tempo. Tal abordagem amplia o campo da arquitetura vernácula ao incorporar práticas sucessórias e estratégias econômicas como dimensões constitutivas da forma construída.

Esses resultados indicam que a arquitetura doméstica paulista do período deve ser analisada como processo acumulativo e relacional, no qual gênero, patrimônio e espacialidade se entrelaçam. Ao deslocar o olhar da tipologia para a gestão material da morada, o estudo contribui para uma leitura mais complexa da formação urbana do Oeste Paulista e abre caminho para investigações comparativas em outros núcleos coloniais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli. Morar em Campinas: usos e costumes (1850–1900). Resgate, Campinas, v. 23, n. 29, p. 71–80, jan./jun. 2015.

ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de. Entre engenhos e canaviais: senhoras do açúcar em Itu (1780-1830). Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Desbravando os sertões paulistas, séculos XVI a XIX. São Paulo: USP, 2019.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1990.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 1ª. ed. rev. São Paulo: Global, 1933.

INVENTÁRIO de D. Josepha Maria de Góes Pacheco. 1824. Caixa 29, MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP USP).

INVENTÁRIO de D. Josepha Maria de Góes Pacheco. 1829. Caixa 36A, MSS. Arquivo do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP USP).

LEMOS, Carlos A. C. A arquitetura tradicional ituana. In: OLIVEIRA, J. D. et. al. Memória de Itu. 1ª ed. Itu: Gráfica Gavioli, 2011. p. 21-24.

LEPETIT, Bernard; SALGUEIRO, Heliana Angotti. Por Uma Nova História Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MARTINS, Larissa Tavares. Quarto de costura: espaço feminino no século XIX e XX. Solar da Baronesa – Pelotas/RS. In: SANTOS, Amanda Basilio; AIRES, Anderson Pires; SANTOS, Carlos Alberto Ávila (org.). Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores. Pelotas: CLAEAC, 2017. p. 260–275.

MORAIS, Cleidiane da Silva. A mulher para além do espaço doméstico: uma análise histórica do papel da mulher na sociedade de classes. Fortaleza: UFC, 2012.

OSSWALD, Cristina. The Brazilian House in the Eighteenth Century: Devotion at Home. In: FAINI, Marco; MENEGHIN, Alessia (Eds.). Domestic Devotions in the Early Modern World. Leiden: Brill, 2019.

15

PETRONE, Maria Thereza Schorer. A Lavoura Canavieira em São Paulo- Expansão e Declínio (1765-1851). São Paulo - SP: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PINTO, Luís Maria da Silva. Diccionario da língua brasileira. Lisboa: Typographia de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM USP).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Women and Society in Colonial Brazil. Journal of Latin American Studies, Cambridge University Press, v. 9, n. 1, p. 1-34, maio 1977.

SAMARA, Eni de Mesquita. Família, mulheres e povoamento (São Paulo, século XVII). Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SAMPAIO, Iara Fioravanti. Formação da Rede Urbana e Fundação de Cidades na Região de Itu – 1796 a 1830. 2015. 315 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015

SAMPAIO, Iara Fioravanti; SALGADO, Ivone. Configuração urbana da vila de Itu no contexto da produção açucareira. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 15, n. 2, p. 26-56, 2015.

SCHETTINO, Patrícia Thomé Junqueira. A mulher e a casa: estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SETUBAL, Maria Alice. A Família na Sociedade Ituana. In: OLIVEIRA, J. D. et. al. Memória de Itu. 1ª ed. Itu: Gráfica Gavioli, 2011. p. 47-48.

SIDORIW, Marcia Hupalo; MENEGALDO, Ana Beatriz F. Estudo de caso sobre a tipologia da casa senhorial do Museu Republicano “Convenção” de Itu-SP no século XIX. In: CONIC-SEMESP, 2025. Área: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Subárea: Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: SEMESP, 2025. Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio.

TOSCANO, João Walter. Itu/Centro Histórico: estudos para preservação. 1981. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ZEQUINI, Anicleide. O Sobrado da Convenção em Itu na antiga Rua do Carmo (atual Rua Barão do Itaim): uma pesquisa documental. Anais do Museu Paulista, v. 10/11, p. 197-211, 2003-2004.